



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA



LAÍSA CARDOSO SLVA

**IWE ENU (DOCUMENTO ORAL): UMA MEMÓRIA DO ILÊ ASÉ DO OGUN
JÁ – SÃO GONÇALO -RJ**

JOÃO PESSOA

2026

LAÍSA CARDOSO SILVA

**IWE ENU (DOCUMENTO ORAL): UMA MEMÓRIA DO ILÊ ASÉ DO OGUN JÁ –
SÃO GONÇALO -RJ**

Trabalho de Conclusão de Curso (monografia) apresentado à Coordenação do curso de graduação em Arquivologia do Departamento de Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de bacharela em Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Efun Lourenço e Lima de Santa Rita

JOÃO PESSOA

2026

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

M357i Marques, Laísa Cardoso Silva.

IWE ENU (Documento oral): uma memória do ilê asé do
ogun já - São Gonçalo -RJ / Laísa Cardoso Silva
Marques. - João Pessoa, 2026.

54 f. : il.

Orientação: Valdir Efun Lourenço e Lima de Santa
Rita.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Arquivologia. 2. Candomblé. 3. Documento oral. 4.
Arquivo oral. I. Santa Rita, Valdir Efun Lourenço e
Lima de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 930.25(043)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

FOLHA Nº 20 / 2025 - CCSA - CARQ. (11.01.13.08)

Nº do Protocolo: 23074.104253/2025-67

João Pessoa-PB, 07 de Outubro de 2025

FOLHA DE APROVAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

LAÍSA CARDOSO SILVA

IWE ENU (DOCUMENTO ORAL): uma memória do Ilê Asé do Ogun Ja - São Gonçalo - RJ

Artigo apresentado ao Curso de graduação em Arquivologia da Universidade Federal da Paraíba, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de bacharel em Arquivologia.

Data de aprovação: 2 de outubro de 2025

Resultado: APROVADO

BANCA EXAMINADORA:

Assinam eletronicamente esse documento os membros da banca examinadora, a saber: Prof. Dr. Valdir Efun Lourenço e Lima de Santa Rita (orientador) e Profa. Dra. Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento (membro interno). A banca teve como membro externo a Profa. Dra. Denise Maria Botelho (UFRPE).

(Assinado digitalmente em 08/10/2025 07:02)
GEYSA FLAVIA CÂMARA DE LIMA NASCIMENTO
DIRETOR(A)
Matrícula: 3477244

(Assinado digitalmente em 07/10/2025 23:13)
VALDIR EFUN LOURENCO E LIMA DE SANTA RITA
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
Matrícula: 3304182

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **20**, ano: **2025**, documento(espécie): **FOLHA**, data de emissão: **07/10/2025** e o código de verificação: **d7174e03f7**

*À Helena Maria de Souza Cardoso, minha
vó, madrinha e melhor amiga, dedico.*

AGRADECIMENTOS

À espiritualidade, por ter me alcançado durante a minha graduação, com todas as dificuldades e obstáculos que se fizeram presentes, eu firmei meu coração na fé que não se aprende em nenhuma sala de aula, apenas nos recomeços do dia a dia.

Aos meus pais, Rosiane Cardoso e Luiz da Silva, por me apoiarem nos momentos em que o cansaço batia fundo a ponto da desistência sobrevoar minha mente algumas vezes, pela fé depositada em mim, sou grata.

À minha vó Helena Cardoso, estamos juntas hoje e sempre por uma ligação invisível chamada amor, sua fortaleza é escola para mim.

Aos meus amigos da faculdade: Tainá, Brenno, Taiwan, Jéssica e Marcílio, pelos dias, passeios e trabalhos compartilhados, vocês foram fundamentais durante todo o processo.

Ao *Ilê Asè de Ogun Já*, representado por Mãe Juçara de Iemanjá, Luis do Ogun e Erika de Oya, pelo acolhimento e carinho em me receber em seu espaço sagrado.

Aos meus professores do Departamento de Ciência da Informação, em especial ao Prof. Dr. Valdir Efun Lourenço e Lima de Santa Rita por ter visto em mim potencial para produção acadêmica, desde o início me incentivando a participar das atividades de pesquisa.

À banca examinadora por receber minha pesquisa respeitosamente e dar a ela os apontamentos que o tema precisa e merece.

A todos que conviveram comigo nessa etapa da graduação, vocês são especiais, meu muito obrigada.

A memória oral é um arquivo vivo, tecido pela coletividade.

Ecléa Bosi

RESUMO

Este artigo busca apresentar a oralidade como sendo um documento de arquivo. Para isto pretendemos refletir sobre a centralidade da memória oral no processo de preservação e transmissão de saberes do Candomblé, tomando como referência o Ilê Asê de Ogun Já de São Gonçalo-RJ. A pesquisa é de natureza qualitativa explicativa através da pesquisa bibliográfica e de campo, fundamentou-se em entrevistas e narrativas orais, entendendo a palavra como documento oral, imaterial e arquivo vivo, essencial para a manutenção da tradição. No universo do Candomblé, a oralidade não se limita a repetir fórmulas ou reproduzir ensinamentos de forma mecânica; ao contrário, constitui um espaço dinâmico de atualização e ressignificação de valores, práticas e rituais, permitindo que a religião dialogue com o presente sem perder a essência ancestral que a sustenta. Nesse sentido, através do conceito de arquivo, a questão problema pautou-se na seguinte pergunta: **As tradições orais das Religiões afro-brasileiras podem ser consideradas um documento oral?** Para que o objetivo principal fosse conquistado, entender a oralidade como um documento oral foi feita uma análise das tradições orais dentro do *Ilê Asê de ogun Já*. Destaca-se também a importância da “educação de axé”, que envolve tanto o respeito à hierarquia interna quanto a responsabilidade coletiva diante do orixá e da comunidade religiosa. Além de sua dimensão espiritual, os terreiros assumem relevante papel social ao integrarem o terceiro setor. Conclui-se que preservar o documento oral/ memória oral no Candomblé significa resistir ao apagamento histórico e à intolerância religiosa, reafirmando a legitimidade de práticas ancestrais que estruturam identidades coletivas e fortalecem a democracia cultural. Assim, o estudo contribui para o reconhecimento das comunidades de matriz africana como guardiãs de um patrimônio vivo, imprescindível para compreender a pluralidade e a riqueza cultural do Brasil.

Palavras-chave: Arquivologia. Candomblé. Documento oral. Arquivo Oral.

ABSTRACT

This article aims to present orality as an archival document, reflecting on the central role of oral memory in preserving and transmitting knowledge within Candomblé, taking the *Ilê Asê de Ogun Já* in São Gonçalo-RJ as a case study. The research is qualitative and explanatory, combining bibliographic and field-based approaches, and relies on interviews and oral narratives, understanding the spoken word as an immaterial, living archival document essential for sustaining the tradition. Within Candomblé, orality goes beyond mechanically repeating formulas or teachings; it constitutes a dynamic space for updating and reinterpreting values, practices, and rituals, allowing the religion to interact with contemporary contexts while preserving its ancestral essence. Guided by the concept of the archive, the study addresses the research question: **Can the oral traditions of Afro-Brazilian religions be considered an oral document?** Analysis of the oral traditions within the *Ilê Asê de Ogun Já* supported the understanding of orality as a legitimate archival document. The research also emphasizes the importance of “education of axé”, which encompasses both respect for internal hierarchy and collective responsibility toward the orixá and the religious community. Beyond its spiritual dimension, terreiros play a significant social role through participation in the third sector. In conclusion, preserving oral documents/oral memory in Candomblé represents resistance against historical erasure and religious intolerance, reaffirming the legitimacy of ancestral practices that shape collective identities and strengthen cultural democracy. This study contributes to recognizing Afro-Brazilian communities as custodians of a living heritage, essential for understanding Brazil’s cultural plurality and richness.

Keywords: Candomblé; Oral memory; Oral archive.

SUMÁRIO

1	“ASA DA PALAVRA”: PRIMEIRAS PALAVRAS.....	10
1.1	“PROA DA PALAVRA”: METODOLOGIA.....	14
2	“CASA DA PALAVRA”: REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1	MEMÓRIA GERACIONAL E OS ARQUIVOS ORAIS.....	20
2.2	O CANDOMBLÉ E A NAÇÃO EFON.....	22
2.3	A FORÇA DO CANDOMBLÉ NO RIO DE JANEIRO.....	23
3	“HORA DA PALAVRA”: HERANÇA DE MÃE JUÇARA	25
4	“NÃO COMEÇA, NÃO TERMINA, É NUNCA, É SEMPRE”: CONSIDERAÇÕES	35
	REFERÊNCIAS.....	37
	APÊNDICE A - Babalorixá Luis do Ogun e Yalorixá Juçara de Yemonjá.....	41
	APÊNDICE B – Festividade de Pretos Velhos	42
	APÊNDICE C - Iadagã Erika com Luis de Ogun e as Ekedis Camila e Rita... 43	43
	APÊNDICE D - Ilê Asè Do Ogun Já – entrada principal.....	44
	APÊNDICE E - Ilê Asè Do Ogun Já - Centro de Memória Kayambe do Ogun 45	45
	APÊNDICE F - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA DA SAÚDE, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 46	46
	APÊNDICE G - ACERVO DOS ARQUIVOS SONOROS DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA DA SAÚDE, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 47	47
	APÊNDICES H - ROTEIRO DA ENTREVISTA	48
	ANEXO A Festividade a Oxóssi, Oxum e Logun Edé	50
	ANEXO B - 58 ANOS DE INICIAÇÃO DE PAI KAYAMBE DO OGUN.....	51
	ANEXO C - PLANTIO DO BAOBÁ NA UERJ.....	52
	ANEXO D - DEFESA DA PL 795/23 FEIJOADA DE OGUN JÁ COMO PATRIMÔNIO DO RIO DE JANEIRO	53
	ANEXO E - POSSE DE MÃE JUÇARA NO COMITÊ CONSULTIVO DE PONTOS	
	ANEXO F - MÃE JUÇARA ANUNCIA BABALAXÉ LUIS DO OGUN COMO HERDEIRO DO ILÊ	54

1 “ASA DA PALAVRA”: PRIMEIRAS PALAVRAS

Água da palavra
Água parada pura
Água da palavra
Água de rosa dura
Proa da palavra Duro silêncio, nosso pai.
(Caetano Veloso)¹

A palavra dita ou escrita nos torna seres com uma capacidade única, sobretudo no que diz respeito a habilidade de deixar registros através da grafia, mas nem sempre foi assim na história da humanidade.

Os processos de cada sociedade não aconteceram simultaneamente e nem consideramos umas superiores a outras. Das civilizações africanas, algumas preservaram a oralidade por milênios, sobretudo no aspecto religioso, das religiões tradicionais de alguns países como o Benin, Nigéria, Angola, Congo, países esses que foram marcados pela diáspora no processo de colonização europeia no comércio trans atlântico através da escravização e tráfico de pessoas para o continente americano. Junto as pessoas, veio a cultura delas, a religiosidade que sempre teve como traço litúrgico a oralidade. Neste sentido, o nosso trabalho parte da premissa que a memória das pessoas dessas nações se perpetuou através do Candomblé, religião criada no Brasil que cultua os orixás, dos povos iorubás vindos da Nigéria, das nações Ketu e Efon, os Inkices, dos povos vindos de Angola, Congo e voduns, dos povos vindos do Benin, antigo reino do Daomé.

Este estudo insere-se no campo dos arquivos orais, compreendidos como documentos não escritos e classificados entre os chamados arquivos sonoros. Os arquivos sonoros possuem uma importância que vai além da simples guarda de registros. Eles são instrumentos de preservação da memória coletiva, pois integram acervos audiovisuais e ajudam a compor conjuntos históricos e institucionais.

¹ A Terceira Margem do Rio, música composta por Caetano Veloso e Milton Nascimento, baseada na obra homônima de Guimarães Rosa, cuja temática é a busca por seu próprio espaço, o da reflexão.

O Conselho Nacional de Arquivos-CONARQ (2014) define esses documentos como registros de sons fixados em diferentes suportes, como discos, fitas magnéticas ou arquivos digitais, que podem conter músicas, entrevistas, discursos, ruídos ou transmissões.

Antes mesmo de iniciar a pesquisa in loco, realizei uma visita técnica à Fundação Oswaldo Cruz, na Biblioteca de Manguinhos (Av. Brasil, 4365 – Rio de Janeiro). A recepção inicial não foi simples: alguns funcionários demonstraram resistência em me apresentar o acervo dos arquivos orais, o que quase me impediu de conhecê-lo. Foi apenas graças à sensibilidade de um colaborador, que compreendeu que meu objetivo não era acessar o conteúdo dos registros, mas observar sua organização e realizar um registro fotográfico, que tive a oportunidade de conhecer rapidamente o acervo. Essa breve experiência, ainda que marcada por obstáculos, revelou a dimensão e a importância do material preservado.

A partir desse contato inicial, tornou-se evidente a relevância da Fiocruz como espaço privilegiado para a análise de arquivos sonoros. Reconhecida nacionalmente pela dedicação à pesquisa, à saúde e à educação, a instituição abriga o maior acervo sonoro do país, constituindo um patrimônio documental de grande valor histórico e científico. Segundo Magda Soares e Eliane Pontes (2022, p. 4):

[...] o acervo arquivístico sonoro integra o conjunto de arquivo permanente de acervos do Departamento de Arquivo e Documentação - DAD, da Casa de Oswaldo Cruz. São diversos Fundos que representam parte importante do patrimônio documental e arquivístico na área da história das ciências e da saúde no Brasil, datas-limite 1940-2019 como corte cronológico da pesquisa, sendo considerada a data mais antiga de um registro sonoro.

De acordo com o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), os documentos sonoros são considerados parte integrante dos acervos arquivísticos e devem ser incluídos em programas de gestão documental. Essa diretriz reforça a necessidade de preservação e acesso público, reconhecendo o valor histórico e cultural desses registros. Os documentos sonoros abrangem diferentes gêneros que contêm registros de áudio (CONARQ, 2014). Nesse sentido, cabe destacar que:

[...] delibera sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos entes integrantes do Sistema Nacional de Arquivos, considerando a preservação e o acesso a estes.

Este estudo tem como objetivo geral apresentar a palavra (tradição oral) como sendo um documento arquivístico. Como objetivos específicos pretendemos analisar como as tradições são passadas oralmente dentro do Ilê Asè do Ogun Jà, localizado na cidade de São Gonçalo no Rio de Janeiro, representando as manifestações religiosas do Candomblé. Para que tal objetivo seja alcançado, pretende-se compreender os ritos dentro da casa, principalmente através da relação de Mãe Juçara com o seu filho espiritual, Pai Luís do Ogun, ao identificar tarefas e registrar o processo de sucessão do Ilê. Por sua vez, Mãe Juçara é sucessora de Pai Kayabe de Ogun, fundador do Ilê. É importante saber que os terreiros (Ilês) geralmente têm cnpj e estão dentro do campo de estudos do terceiro setor na Arquivologia.

A principal motivação para o presente estudo é a de ampliar os horizontes conceituais sobre documento de arquivos, a exemplo do documento oral, dando luz ao poder da ancestralidade através de suas tradições, reforçando o poder da figura do “ancião” como alguém dotada de sabedoria que perpassa gerações. É preciso reforçar ainda que os terreiros além de representarem espaços de cultura, resistência e espiritualidade, também atuam como organizações privadas de assistência e educação ao oferecerem à sociedade civil ajuda comunitária e práticas solidárias, sendo assim agentes de desenvolvimento social.

A definição de memória pode ser uma tarefa complexa ao analisar o significado da palavra em si em nenhum tipo de contexto, porém tratando-se da área da Arquivologia é possível definir a memória como uma forma de registro que estrutura uma identidade coletiva. De acordo com Joel Candau (2011, p.30) “é o trabalho de construção de uma realidade memorial”. O objeto do presente estudo não é um documento físico, mas o registro oral que se apresenta no Ilê Asè do Ogun Jà, dirigido pela ialorixá Juçara Iemanjá como forma de perpetuar as tradições do culto do Candomblé da nação Efon junto ao seu filho de santo Babalaxé Luís do Ogun Já e as demais pessoas da casa.

O trabalho destaca a relevância dos estudos da memória oral, área de registro arquivístico que merece atenção dentro das produções acadêmicas, principalmente no que se refere às comunidades de terreiro, que estão constantemente sob a ameaça do racismo religioso, assim como tentativas de apagamento da cultura ocidental predominantemente branca.

Falar sobre tradições nas religiões de matrizes africanas é uma estratégia de

empoderar uma cultura que surgiu em outro continente, há séculos e que se mantém firme através das tradições orais de seus filhos. “Esse trabalho da memória nunca é puramente individual. A forma do relato, que especifica o ato de rememoração, “se ajusta imediatamente às condições coletivas de sua expressão,” o sentimento do passado se modifica em função da sociedade.” (Joel Candau, 2011, p.77)

Avaliar um terreiro a partir de um viés econômico também é maneira de mostrar que os arquivos são dinâmicos e modernos, fugindo um pouco do caráter conservador de escritórios e grandes estantes. Esses lugares fazem parte do terceiro setor, pois oferecem serviços que o Estado não consegue atender em totalidade e o mercado tampouco. Essa ideia é reforçada em *Contabilidade e gestão no terceiro setor: um estudo Bibliométrico em periódicos nacionais*, de Daiana Bento (2010, p. 15-16):

Estas instituições são caracterizadas juridicamente como associações, fundações ou entidades religiosas e prestam serviços em diversas áreas como saúde, educação, defesa de direitos, etc. As organizações do terceiro setor, não têm obrigação de prestar serviços à sociedade, mas se veem na “obrigação” de ajudar o Estado. Elas surgem de demandas da sociedade não atendidas pelo Estado e mercado.

Há uma importância de revisitar a cultura do povo de axé como forma de reverenciar uma vida inteira vivida no estado do Rio de Janeiro. Nasci em Niterói e me criei em São Gonçalo, junto ao meu amigo de infância Luís Alberto, que eu vi entrar e evoluir no Candomblé, sendo assim meu ponto de regresso para elaborar minha pesquisa, assim como trago também meu avô Inácio Cardoso junto ao meu tio Rony Cardoso, filhos da Umbanda, em homenagem a minha memória familiar.

O aprofundamento nesses estudos é como o retorno ao meu lar espiritual. A ideia é trabalhar com o conceito de Comunidade de Destino, de José Meihy e Leandro Seawright (2020, p.30):

A soma de itens que permitem caracterizar certas identificações indica a necessidade de reconhecimento das experiências que definem os estágios da organização. São empregados quase sempre conceitos de delimitações rigorosas na amplitude e, nesse sentido, o primeiro deles é conhecido como “comunidade de destino.

Falar sobre tradições em casas de axé é uma forma de honrar saberes não registrados que durante muito tempo ficaram relegados ao espaço do esquecimento pela população leiga e por consequência ao desmerecimento de ser visto como um arquivo.

As sessões deste trabalho iniciam-se com frases da música de Caetano Veloso e Milton Nascimento chamada 'A terceira margem do rio', inspirada na obra homônima do escritor Guimarães Rosa, onde a palavra tem espaço de protagonismo. Algumas expressões são de origem de línguas africanas como Ketu e Angola, palavras como Ilê que significa casa, babalorixá é pai e ialorixá é mãe, dentre outras que foram absorvidas dentro da língua portuguesa.

Nas sessões a seguir, apresentaremos a Metodologia, explicando o nosso corte, de acordo com as necessidades da pesquisa, o nosso corte teórico onde apresentaremos as discussões sobre o documento oral dentro da Arquivologia e também sobre o Candomblé, enquanto uma religião onde a tradição afro-religiosa em seus ensinamentos tem como regra a palavra dita.

Apresentaremos os resultados do trabalho a partir da pesquisa de campo realizada no Ilê Asá do Ogun Já e as considerações. Após as referências, trazemos também apêndices e anexos. Agora seguiremos com o nosso corte metodológico.

1.1 "PROA DA PALAVRA": METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de natureza científica, com abordagem qualitativa exploratória, de caráter bibliográfico e de campo, com uso da informação/memória oral das pessoas entrevistadas. A pesquisa científica, ao permitir a compreensão da realidade e do objeto investigado, constitui-se como elemento central no processo de produção do conhecimento.

Segundo Denise Tolfo Silveira e Fernanda Peixoto Córdova, "a pesquisa é a atividade nuclear da Ciência" (2009, p. 33), destacando seu papel essencial na investigação acadêmica. Complementando essa ideia, Paolo Nosella (2008, p. 1) afirma que fazer "pesquisa é descobrir novos conhecimentos que possibilitem a solução de novos problemas", ressaltando o poder investigativo e transformador da ciência. Nesse mesmo sentido, Marconi e Lakatos (2017, p. 155) definem a pesquisa científica como "um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais".

Tal abordagem exige da pessoa pesquisadora uma postura ativa diante do objeto, promovendo um contato direto com a realidade investigada. Conforme Antônio Gil (2008), a pesquisa exploratória "tem como objetivo proporcionar maior

familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses”. A pesquisa bibliográfica, por sua vez, fundamentou o embasamento teórico do estudo, oferecendo suporte para a compreensão dos múltiplos aspectos do fenômeno analisado.

De acordo com Luciana Pizzani *et al.* (2012, p. 2), a pesquisa bibliográfica “é a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico [...]. Pode ser realizada em livros, periódicos, artigos de jornais, sites da internet, entre outras fontes”. A análise de obras acadêmicas, artigos científicos e demais produções textuais foi essencial para consolidar os fundamentos teóricos sobre memória, cultura e tradição oral.

A pesquisa de campo foi utilizada com o intuito de observar diretamente situações sociais em seu contexto natural. Segundo Magda Gonsalves (2001, p. 67):

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu, e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...].

Tal abordagem exige do pesquisador uma postura ativa diante do objeto, promovendo um contato direto com a realidade investigada.

Nesse contexto, destaca-se a memória oral como método e objeto de análise. De acordo com Fernando Frochtengarten (2005, p. 374):

É a aproximação entre o narrador e seu ouvinte, é obra de um tempo transcorrido. Sua reunião é cimentada pela vitalidade do passado. Em sentido inverso, este encontro apoia a comunicação com o progresso e a reconstrução do vivido. Sua reunião confere vitalidade ao passado.

Assim, a informação/memória oral não se resume à repetição de relatos, mas constitui um processo dinâmico de construção do saber, em que a voz e a escuta tornam-se instrumentos documentais imateriais que se perpetuam ao longo das gerações.

Nesse estudo, esta pesquisa foi aplicada por meio da realização de uma entrevista semiestruturada com a ialorixá Juçara Teresa Mões, Juçara de Iemanjá, líder do *Ilê Asè de Ogun Já*, e com o seu filho e a sua filha de axé — o Babalaxé Luís Mattos, Luís do Ogun Já e a ladagã Erika Machado, Erika de Oya. Babalaxé é cargo recebido na casa de axé, geralmente para pessoas que sucederão a mãe ou pai da

casa e ladagã é a pessoa responsável por zelar pelos assentamentos de Exu.

As entrevistas ocorreram na própria casa de culto, na Rua Francisco de Paula Moura Neto, casa 21, lote 07. Tribobó, São Gonçalo-RJ. CEP:24750-280. Os contatos da dirigente da casa são públicos, foram publicados no Facebook do *Ilê Asè Do Ogun Já*. Celular (21) 99672-5468. E-mail: yajucara@gmail.com (*Asé d'Ogun Já | São Gonçalo RJ | Facebook*). A escuta dessas narrativas foi complementada pela revisão bibliográfica sobre memória oral, compondo uma abordagem metodológica sensível, interdisciplinar e fundamentada. As entrevistas foram transcritas, selecionadas, recortadas e analisadas. Agora seguiremos apresentando o nosso corte teórico.

2 “CASA DA PALAVRA”: REFERENCIAL TEÓRICO

Discutir tradições em casas de axé representa uma forma de valorizar saberes que, por muito tempo, não foram formalmente registrados e ficaram deixados ao esquecimento, muitas vezes desvalorizados por aqueles fora do contexto religioso. Segundo Greici Bento (2010, p.15-16):

Estas instituições são caracterizadas juridicamente como associações, fundações ou entidades religiosas e prestam serviços em diversas áreas como saúde, educação, defesa de direitos etc. As organizações do terceiro setor, não têm obrigação de prestar serviços à sociedade, mas se vem na “obrigação” de ajudar o Estado. Elas surgem de demandas da sociedade não atendidas pelo Estado e mercado.

O terceiro setor além da sua função social, é também responsável por movimentar a economia de diversos países e em especial dos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil. De acordo com Jorge Santa Anna, Suelen Campos e Maria Aparecida Mesquita (2017):

Com o crescimento do terceiro setor, as possibilidades de oportunidades profissionais também aumentam para as diversas profissões, entre elas, a do arquivista. Nesse contexto, ao observamos eventos científicos, artigos e pesquisas acadêmicas, percebemos que a maior área de atuação dos arquivistas está quase ligada a instituições públicas e em alguns estudos em organizações privadas.

Na perspectiva da Arquivologia, a preservação de memórias e práticas culturais não se limita a documentos escritos, sendo os arquivos orais fundamentais para registrar e transmitir essas experiências imateriais e [...] arquivo oral consiste em um documento sonoro, produzido por profissionais de diferentes áreas, e que desde sua criação possui como destino a guarda em instituições voltadas à preservação da memória histórica (Voldman, 2002).

Ao considerar essas tradições como formas de documentação oral, entende-se que as narrativas e relatos transmitidos pelos praticantes funcionam como documentos vivos, capazes de evidenciar práticas, atos e saberes coletivos, mesmo na ausência de registros formais (Schellenberg, 2006). Heloísa Bellotto (2002) e o Arquivo Nacional (2005) destacam que arquivos consistem em conjuntos de documentos produzidos e acumulados ao longo do tempo, independentemente do suporte, e que devem ser preservados como patrimônio histórico e cultural. Nesse

sentido, as tradições orais das casas de axé podem ser interpretadas como arquivos vivos, essenciais para manter a memória coletiva e a identidade cultural das comunidades afro-brasileiras.

Arquivologia, segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (Arquivo Nacional, 2005), “é a disciplina que estuda os arquivos, seus princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização de documentos”. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo explorar a palavra como documento de caráter oral e sua necessidade de preservação no contexto do Candomblé. Tendo como unidade de análise o próprio arquivo, entende-se, conforme Heloísa Bellotto (2002), que ele constitui um conjunto de documentos produzidos e acumulados, independentemente do suporte ou formato.

Ao afirmar que o arquivo é um conjunto de documentos, torna-se necessário apresentar o conceito de documento como parte integrante da Arquivologia. Theodore Schellenberg (2006) define o documento como um registro que evidencia ações ou atos realizados, devendo ser preservado para atender a finalidades administrativas, legais ou históricas. O destaque se dá ao conceber o documento de maneira oral, o registro através da fala, que muitas vezes fica relegado ao segundo plano, por não possuir um caráter tangível, a pesquisa acontece sobre o viés da palavra que ensina e transmite, sendo responsável pelo registro da informação compartilhada.

O documento oral é utilizado de maneira específica na memória oral, tratando a palavra como sua fonte exclusiva de informação e registro. Segundo Sylvie Voldman (2002, p. 36), documento oral é qualquer registro de informações obtido por meio de depoimentos, entrevistas ou testemunhos orais, produzido com o objetivo de preservar memórias, experiências e fatos, podendo ser utilizado em pesquisas históricas, sociológicas ou culturais.

Assim, sendo o arquivo um documento registrado em um suporte, a visão do arquivo oral ocorre no momento que as tradições transmitidas são repassadas pela oralidade entre as pessoas de uma determinada comunidade e registradas exclusivamente no campo da memória, que segundo Le Goff, (2003, p.419), tem como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, o que ele representa como passadas, ou

seja, o cérebro é uma parte importante do corpo humano o qual domina funções sensoriais, motoras, cognitivas, emocionais, comportamentais, autonômicas, hormonais e homeostáticas; ou seja, a primeira biblioteca do homem foi sua mente.

A palavra pode ser compreendida como um arquivo oral, uma vez que legitima a memória coletiva e promove a democratização da história e do arquivo (Thompson, 2002, p. 44). Nesse sentido, é imprescindível contextualizar os relatos, analisando cuidadosamente as condições e intenções que os permeiam, de modo a garantir uma interpretação adequada da memória registrada, como destaca MacDowell Santos (2001).

É fundamental reconhecer o valor polissêmico da informação no processo de construção de um documento oral, uma vez que, conforme afirma Michael Buckland (1991, p.1), “a informação está relacionada à redução da ignorância e das incertezas”. Para que tais incertezas possam ser sanadas, o contexto torna-se essencial para a compreensão do registro. Nesse sentido, Buckland categoriza a informação em três dimensões: informação como processo, informação como conhecimento e informação como coisa, sendo esta última a perspectiva que orienta a análise aqui apresentada. Para Michael Buckland (1991, p.1):

A informação pode ser compreendida como coisa, ou seja, como objetos ou registros que contêm dados passíveis de armazenamento, transmissão e recuperação. Essa perspectiva amplia a noção de informação para além de processos mentais ou comunicativos, reconhecendo seu caráter material e tangível, presente em documentos, livros, gravações, bancos de dados e arquivos orais. Nessa concepção, a informação cumpre uma função prática essencial: reduzir a ignorância e as incertezas, permitindo que indivíduos e comunidades acessem conhecimentos organizados e historicamente registrados.

Segundo Yeda Pessoa de Castro (2005), a língua iorubá apresenta diferentes variações regionais que, embora pouco diferenciadas, se distribuem principalmente nos territórios limítrofes da Nigéria ocidental, abrangendo grupos como egbás, ijexás, ifés e ondos; de forma que a autora orienta a não reproduzir na escrita o sistema tonal da língua iorubá, inclusive por princípios editoriais, haja visto as palavras já serem reconhecidas pela língua portuguesa. É preciso reconhecer, no entanto, que esse aspecto é variável a depender da área de pesquisa e interesse: sociologia, antropologia, etnografia etc.

2.1 MEMÓRIA GERACIONAL E OS ARQUIVOS ORAIS

Nesta sessão apresentaremos os objetos de nossa pesquisa, a saber: o documento oral e a memória dentro do Candomblé. Uma casa de Candomblé, popularmente chamada de roça, terreiro ou barracão em iorubá chama-se Ilê. Essas casas geralmente têm natureza jurídica e por isto, a categorizamos como sendo do terceiro setor. Segundo Valdir Silva e Bernardina Oliveira (2016, p.149) em suas considerações finais sobre arquivos privados no terceiro setor:

[...]esperamos que outras reflexões possam se efetivar no campo dos arquivos privados de órgão do terceiro setor, possibilitando dar voz a grupos e pessoas que viveram e vivem silenciadas, mas que, de alguma forma, têm contribuído para viabilizar o acesso a informações e à cultura enquanto estruturas de transformações sociais.

A memória, dentro das ciências humanas, trabalha com a conservação da informação tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, traz o poder de atualizar impressões ou concepções que já foram passadas. No entanto, é preciso destacar a memória social como um instrumento de poder para o destaque ou para apagamento de conceitos, ideias ou ritos que a depender da época tornam-se objetos de manipulação capazes de determinar forças sociais, como afirma Jacques Le Goff (2003, p.225) “Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.”

O Candomblé, desde o período colonial, é vítima de uma tentativa massiva de esquecimento de sua real identidade. Não surgiu no Brasil com o tráfico de escravizados, mas sim uma cerimônia que cultua tradições de antepassados, afirma Pierre Verger (2012, p. 24) “Tradições essas que veneram divindades africanas: voduns, inquices e orixás”.

A transmissão dos saberes, nesse caso, se dá exclusivamente pela oralidade e as casas de axé são espaços de resistência onde seus rituais são ressignificados em empoderamento para o povo de santo, em um movimento pré-diáspora para a pós-diáspora, valorizando sua identidade como religião e como sociedade organizada.

A lalorixá Juçara desempenha o papel da mantenedora da memória, “nestas sociedades sem escrita há especialistas da memória, homens-memória: “genealogistas”, guardiões dos

códices reais, historiadores da corte, "tradicionalistas" [...] conforme indica Jacques Le Goff (2003, p.225).

Nesse sentido, o campo da memória geracional é fio condutor da aprendizagem no candomblé. Joel Candau (2011, p. 141) traz o conceito de memória geracional de maneira horizontal e vertical "é também uma memória de fundação que tem seu lugar no jogo identitário [...]. É a consciência de sermos os continuadores de nossos predecessores. Essa consciência do peso de gerações anteriores é manifesta em expressões de forte carga identitária" e assim é possível perceber o alcance da aprendizagem não apenas em seu sentido hierárquico, verticalizado, mas também no apoio dos iniciados com os abiãs por exemplos, de maneira horizontalizada, tornando assim deveres e saberes um trabalho de compartilhamentos entre todos os frequentadores da casa e é importante salientar a importância desse tipo de memória em uma sociedade oral, enquanto houver sacerdotes e iniciados, haverá transmissão de saberes.

A informação/memória oral possui origem em relatos e seu uso ainda é visto com cuidado, já que muitos entendem ser uma pesquisa de fácil manipulação. No entanto, é preciso levar em consideração que uma das primeiras manifestações do discurso tem a fala como base, dessa forma, a narrativa sempre contribuiu com o progresso como uma ferramenta estratégica, inclusive sendo uma prática reconhecida e aplicada na Gestão do Conhecimento. A narrativa é uma forma de pesquisa para entendimento da oralidade:

A coleta de dados comportamentais a partir do *storytelling* torna-se uma atividade eficiente, que possibilita análise sistemática e criteriosa das pessoas. O pesquisador está dentro de um campo sensível que a lembrança viva de um sujeito, nem sempre positiva, no caso das entrevistas feitas para este trabalho, foi essencial entender que cada aprendizagem surgiu de momentos diferentes na vida de cada entrevistado: de dor, de gratidão, ou da necessidade em ampliar a caminhada religiosa, só sendo possível a percepção através da escuta, é justamente o que diz Paul Thompson (1998, p.51):

As entrevistas de história oral também permitem explorar aspectos da experiência histórica que raramente são registrados, tais como relações pessoais, vida doméstica [...]. Elas oferecem uma rica evidência sobre os verdadeiros significados subjetivos, ou pessoais, de eventos passados [...].

2.2 O CANDOMBLÉ E A NAÇÃO EFON

De acordo com Reginaldo Prandi (2005):

O candomblé é a religião dos orixás formada na Bahia, no século XIX, a partir de tradições de povos iorubás, ou nagôs, com influências de costumes trazidos por grupos fons, aqui denominados jejes, e residualmente por grupos africanos minoritários.

Reginaldo Prandi (1996,2005), assim como Roger Bastide (1976), Ruth Landes (1967) dentre outras autoras e autores, contribuíram muito para a difusão do Candomblé na academia. Dentre as nações de Candomblé mais difundidas no Brasil, temos a Nação Efon, que tem ainda uma menor visibilidade em relação as nações Ketu, Jeje e Angola.

A nação Efon possui suas raízes na região de Ekiti, na cidade de Efon, na Nigéria. Trata-se de uma área de geografia montanhosa, cuja paisagem é regida pelo orixá Olorokê, representado fisicamente como uma grande montanha emergida das águas oceânicas por ordem de Olorun. A Nação Efon também é conhecida como a nação do “leão branco das montanhas”, sendo Oxum reconhecida como sua rainha. Conforme cita no ebook *Raízes do Ilê de Ogun Já*, Pedro Rebelo (2023, p.67) descreve:

Olorokê é um Orixá funfun, sobre o qual conta-se que ao assumir a forma física de uma grande montanha que emergiu do oceano por ordem de Olorum, proporcionou a passagem do Orun (céu) para o Ayê (terra), para que os Orixás descessem. Também é representado pelo leão branco das montanhas. Na tradição da Nação Efon, ele é o pai de Oxum, que é reverenciada como a grande rainha do Efon.

Do território nigeriano vieram ao Brasil os escravizados José Firmino dos Santos e Maria Bernarda da Paixão, cujos nomes espirituais eram, respectivamente, Babá Irufá (filho de Oxum) e a princesa Adeboluie (iniciada para Olorokê). Seus caminhos espirituais tiveram início no tradicional terreiro Casa Branca, Ilê Asè Iyá Nassô Oká, em Salvador.

Posteriormente, em 1901, eles fundaram o Asé Yangba Olorokê ti Efon, também na capital baiana. Nesse espaço não se estabeleceu apenas um terreiro; formou-se o que se conhece atualmente como a Nação Efon no Brasil, consolidando tradições, práticas e saberes trazidos da Nigéria.

Figura 1: Maria Bernarda da Paixão—Iyá Adeboluie e Babá Irufá.



Fonte: Alexandre Mantovani Lima, 2015.

Firmino passou a liderança da casa para Maria ainda em vida, e ela, por sua vez, iniciou inúmeras pessoas, garantindo a continuidade e perpetuação do legado do terreiro.

Um ponto relevante para este estudo é a atuação de Cristóvão Lopes dos Anjos, conhecido como Pai Cristóvão de Ogun, que foi o quarto e penúltimo líder do terreiro. Após seu falecimento, a liderança foi assumida por Mãe Crispina de Ogun. No entanto, ela não estabeleceu uma sucessão definida, gerando uma lacuna que impediu qualquer consenso sobre a continuidade da matriz. Como resultado, o terreiro encerrou suas atividades.

2.3 A FORÇA DO CANDOMBLÉ NO RIO DE JANEIRO

Após a abolição, houve um forte silenciamento da herança negra, com olhares voltados à cultura europeia e a tudo considerado “branco”. O esvaziamento dos cortiços foi uma das causas para ocupação dos morros, e o aumento da visão marginalizada de um povo que buscava seu rumo, mas não encontrava apoio.

Em meados da década de 1920, novas casas surgiram após o falecimento de famosos pais e mães e de santos, figuras de referência nas casas de terreiro e nesse sentido, novas casas surgiram com novos padrões, daí a importância de se reconhecer a diversidade de práticas que variam de casa a casa, fruto de uma religião baseada em oralidade, houve um importante intercâmbio entre Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo devido ao movimento migratório. A oralidade não é apenas uma aliada,

é a força vital que carrega o conhecimento ancestral e seu registro memorial indica a força da transmutação de rituais de um continente para outro, superando violência, silenciamento e intolerância.

As casas de axé deixam o centro da cidade e passam a se concentrar nos subúrbios, espaços precários em desenvolvimento urbano, espaços rurais amplos e com extensa malha ferroviária ligada ao centro da cidade, possibilitando o crescimento populacional da região. O Morro da Serrinha em Madureira é um claro exemplo de como a memória foi utilizada como transformação de lazer, cultura e fixação de raízes, lá havia ex-escravizados de terras próximas tentando criar seu lar, reunindo-se em torno de seus ritmos, fundamentos ancestrais, experiências adquiridas para reforçar sua existência diante de um mundo que tentava os excluir, então a formalidade desses encontros deu origem às escolas de samba como espaços de ressignificação ancestral. Assim afirma Alessandra Tavares (2024, p. 85-86)

As ressignificações e transformações das escolas de samba e do papel dos Sambistas negros ao longo do tempo também podem ser compreendidas como estratégias de sobrevivência, que dialogam com agentes externos para ganhar espaço. [...] Ao demarcar as escolas de samba do Rio de Janeiro como lugares de memórias de saberes ancestrais negros, estou considerando o protagonismo e as diferentes formas que os indivíduos lidaram com os movimentos de preservar, negociar e ressignificar suas manifestações culturais diante de cada conjuntura.

Houve um importante intercâmbio entre Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo devido ao movimento migratório. O Candomblé tornou-se Patrimônio Imaterial do Estado do Rio de Janeiro pela Lei Ordinária 5.506, de 15 de julho de 2009, cuja autoria pertence a Gilberto Palmares. A seguir, apresentaremos as palavras que a partir de agora ficarão registradas em forma de documento oral.

3 “HORA DA PALAVRA”: HERANÇA DE MÃE JUÇARA

Não se apaga o que se guarda na lembrança e não se perde aquilo que já foi transmitido as outras pessoas. De acordo com Pedro Rebelo (2023, p.67), o Ilê foi fundado por Pai Kayambe de Ogun em 1982. Através da fala também é possível determinar aquilo que não se deve dizer. Apesar de contraditório, no Candomblé há saberes secretos que são transmitidos a pessoas certas a definir por grau de hierarquia e que ficam restritos ao espaço sagrado. Juçara de Iemanjá conta como a narrativa oral concretizou seu saber dentro da casa de orixá e a transformou em Mãe de santo.

Valdomiro de Xangô, reconhecido como um sacerdote de vasto conhecimento, era frequentemente referido como uma verdadeira “enciclopédia viva”. Sua atuação marcou duas casas, em uma delas exerceu influência fundamental. Entre seus filhos de santo, destacou-se Kayambe, que também foi responsável pela formação e orientação de outros adeptos. Embora detentor de um conhecimento extenso, Valdomiro transmitiu seus ensinamentos de forma restrita, direcionando-os apenas a um pequeno grupo de iniciados. Essa seletividade resultou em lacunas na preservação da tradição, o que exigiu esforço posterior de seus seguidores para recompor e expandir os saberes herdados. Nesse contexto, Kayambe assumiu uma postura diferenciada: buscou compartilhar de maneira mais ampla os conhecimentos rituais, ainda que exigisse disciplina e preparo dos filhos de santo. Sua prática pedagógica baseava-se no acompanhamento próximo e na orientação constante, favorecendo a continuidade da tradição oral.

As práticas dentro do Candomblé apresentam variações significativas de uma casa para outra, o que contribui para a diversidade de formas de culto e de organização comunitária. Cada terreiro desenvolve suas próprias normas, rituais e modos de transmissão de saberes, criando aquilo que muitos sacerdotes e praticantes descrevem como o “tempero” particular de cada casa. Essa diferenciação não implica rivalidade, mas reflete a riqueza cultural e a pluralidade de interpretações dentro da tradição.

A vivência de sacerdotisas/sacerdotes e a pessoas adeptas evidencia como essas diferenças podem ser percebidas pelos que transitam entre casas. A mudança de terreiro envolve adaptação a novas regras, novas hierarquias e novos modos de organização. Os relatos demonstram como essa experiência pode marcar trajetórias

individuais, revelando tanto continuidades quanto rupturas no percurso religioso.

No caso de Juçara, observa-se uma trajetória atravessada por deslocamentos e pela convivência com diferentes matrizes de prática. Tendo vivido inicialmente em uma casa de Angola até os 16 anos, seu afastamento do Candomblé coincidiu com a morte da mãe, momento em que também se distanciou da Igreja Católica, frequentada por imposição materna. A mãe, católica praticante e provedora do lar, exercia forte autoridade doméstica, conduzindo a filha a missas semanais e impondo regras rígidas de conduta. Esse papel de matriarca foi sustentado por sua posição como principal responsável pelo sustento da família, por meio de trabalhos como cozinheira de festas, conhecida na época como “banqueteira”.

Ainda que a mãe não tivesse vínculos com o Candomblé, a convivência familiar revelou tensões em torno da religiosidade, já que o pai era iniciado e a filha, posteriormente, também passaria pela feitura do santo aos 8 anos de idade. Essa ambiguidade se refletiu em uma formação marcada pela disciplina religiosa católica, mas também pela busca de múltiplos saberes, estimulada pela própria mãe. Incentivada a estudar música, línguas e artesanato, a entrevistada relata que sua formação escolar e cultural foi moldada tanto pela rigidez materna quanto pela mediação de seu padrinho, homem instruído e dirigente empresarial, que a orientava nas escolhas educativas. Essa pluralidade de influências, entre o universo religioso, a disciplina familiar e os estímulos educacionais, resultou em uma trajetória híbrida, marcada por afastamentos e retornos à vida ritual do Candomblé.

A trajetória religiosa relatada demonstra como experiências pessoais, de saúde e de família, podem conduzir ao reencontro com a religiosidade afro-brasileira. Aos 24 anos, ela enfrentou uma gravidez de risco, marcada pela perda de um dos filhos gêmeos ainda no útero e pela necessidade de permanecer em repouso absoluto durante semanas. Após o nascimento do filho sobrevivente, vieram complicações recorrentes de saúde, o que a levou a sucessivas intervenções médicas sem resultados conclusivos. Nesse contexto, seu médico, após inúmeras tentativas de tratamento, recomendou que buscasse apoio em práticas espirituais, indicando a possibilidade de frequentar igrejas, centros espíritas ou outros espaços religiosos.

A partir dessa recomendação, iniciou-se o contato com um centro espírita na Gardênia Azul, onde a presença de entidades espirituais foi interpretada como um chamado de lemanjá. O episódio foi marcante, pois representou o reconhecimento de sua condição como filha de santo e a necessidade de seguir um novo caminho

espiritual. Sob orientação inicial do dirigente da casa, foi conduzida a outros sacerdotes, até ser apresentada a um pai de santo de Oxum, com quem deu continuidade ao processo de iniciação.

Com esse sacerdote, cumpriu obrigações rituais, inclusive a de três anos, até que a trajetória foi interrompida pelo agravamento da saúde do pai de santo, diagnosticado com HIV em um período em que o tratamento era escasso. Diante da iminência de sua morte, ele orientou seus filhos de santo mais próximos a buscarem continuidade em outras casas. Nesse momento, estabeleceu-se a aproximação definitiva com Kayambe, cuja postura firme e exigente marcou a experiência de inserção em uma nova casa. O processo não foi simples, exigindo adaptação às normas locais e à autoridade de um líder reconhecido por sua rigidez e temperamento difícil.

Apesar de períodos de afastamento formal, a entrevistada manteve-se fiel às obrigações religiosas, cumprindo ritos como a bori e o cuidado com o orixá em âmbito doméstico. Essa prática revela uma dinâmica comum no Candomblé: mesmo diante de afastamentos temporários das casas de culto, os vínculos com os orixás e os compromissos rituais permanecem, reafirmando a centralidade da religiosidade como eixo de continuidade identitária e cultural.

Um ano depois do falecimento de Kayambe, Juçara assumiu a responsabilidade pelo Ilê. Até então não havia exercido o papel de mãe de santo e, pela idade de 62 anos, considerava-se improvável ocupar essa posição. Nesse estágio da vida, segundo a tradição, já era reconhecida como griô — figura respeitada entre os mais velhos da casa, detentora de memória e autoridade simbólica, segundo Pedro Rebelo (2023, p. 68):

Com sua casa aberta, Pai Kayambe concluiu suas obrigações de 14 e 21 anos, após o falecimento de Gamo de Oxum, com o Babalorixá Waldomiro Baiano. Pai Kayambe faleceu em outubro de 2015 e em seu lugar assumiu sua filha, a lalorixá Juçara de Yemoja—Mãe Juçara de Iemanjá.

Sua trajetória até esse momento esteve marcada pelo respeito conquistado como ebomi, posição que lhe conferia liberdade de expressão e prestígio dentro da comunidade religiosa. No entanto, a assunção da chefia do Ilê exigiu uma mudança significativa de postura. Se antes podia manifestar-se de forma direta e sem restrições, o papel de mãe de santo passou a demandar paciência, equilíbrio e capacidade de

mediação, atributos descritos por ela como um verdadeiro exercício de “jogo de cintura”.

Assim, a liderança religiosa não foi resultado de uma busca pessoal, mas de uma necessidade comunitária, imposta pelo contexto e pela tradição, reconhecida nela a figura adequada para dar continuidade ao Ilê, conforme diz a Ialorixá:

E nem achava que a mãe de santo ia ser eu. Pela minha idade. Eu estava com 62 anos quando foi feito o jogo. Eu estava com 62 anos. Então, a partir de 60 anos, nós somos considerados griôs, que são os mais antigos, são os idosos da casa. Então, nunca foi minha pretensão ser mãe de santo. Nunca. [...] Mudei da água pro vinho. Quando eu era ebomi, eu podia falar o que eu bem entendia. E como mãe de santo, você tem que ter... Você tem que ter jogo de cintura.

Em seguida, Luís Alberto ganha a palavra e narra sua experiência como praticante e sua trajetória até se tornar o herdeiro da casa. De acordo com ele, as transformações no Candomblé não podem ser compreendidas de forma isolada, pois acompanham as mudanças mais amplas do mundo contemporâneo. A comunidade de terreiro, inserida nesse contexto, também vivencia os efeitos da globalização, do avanço das tecnologias de comunicação e da ampliação do acesso à informação.

Comparando-se a prática atual com a de 35 anos atrás, nota-se que, quando determinadas pessoas foram iniciadas, havia um desconhecimento quase absoluto sobre a continuidade dos cultos tradicionais de orixás na África. Hoje, a realidade é distinta: as interações globais permitem acessar registros, vídeos e estudos que demonstram como os rituais são conduzidos nos contextos africanos. O babalorixá é categórico:

O terreiro é uma herança ancestral africana que foi deixada pelos nossos antepassados como sendo uma salvaguarda não só da religiosidade, mas de artes, de costumes, de filosofia de vida. Se não fosse o terreiro, a gente não teria toda essa riqueza preservada. A partir do terreiro que surge a capoeira, a partir do terreiro que surge o samba. E a oralidade e a memória, ela foi fundamental para... manutenção desse espaço, para preservação desse espaço, porque era o único mecanismo que se tinha. A gente vivia num mundo onde o negro, ele não tinha acesso à escrita, ele não tinha acesso à leitura. Então, a oralidade foi a nossa salvação ali. Se não fosse a memória dos nossos antepassados, se não fosse essa oralidade de passar de geração para geração, a gente não teria preservado o que a gente preservou.

Além disso, a internet possibilita novas formas de aprendizado, como cursos online de iorubá, língua sagrada utilizada nas rezas e cantigas do culto. Esse recurso contribui para que os praticantes possam compreender melhor os significados dos

cânticos e orações, reforçando a conexão com a tradição. O Candomblé contemporâneo se redefine em diálogo com a globalização, preservando seus fundamentos, mas incorporando novas ferramentas de conhecimento e circulação cultural.

No passado, o acesso ao conhecimento dentro do Candomblé era marcado por limitações em termos de aprofundamento gramatical e linguístico. Sabia-se algumas palavras do iorubá, mas sem a possibilidade de compreender plenamente suas estruturas e acentuações. Esse cenário começou a se transformar com a presença de nigerianos no Brasil, que introduziram novas referências sobre pronúncia e sentido, permitindo uma maior precisão no uso da língua sagrada.

Essa mudança trouxe implicações para a formação dos novos adeptos. Quando um filho de santo ou iniciado recebe uma orientação para realizar um ritual, como a realização de um ebó, não basta apenas indicar a prática; torna-se necessário explicar seu significado. Essa transmissão de sentido fortalece a compreensão da doutrina específica de cada casa e previne que os iniciados busquem explicações em fontes externas que, embora não necessariamente equivocadas, podem divergir da tradição local. Assim, a clareza no ensino não apenas consolida o aprendizado interno, como também prepara os praticantes para responder a questionamentos externos sobre a religião, garantindo propriedade e segurança em sua fala.

Historicamente, essa preocupação não era tão presente, pois a vivência no Candomblé estava restrita, em grande medida, ao espaço doméstico. A herança da escravidão no Brasil — com quatro séculos de imposição de silenciamento e negação de direitos — fez com que muitas lideranças do século XIX e início do XX fossem analfabetas. A preservação da religião depende, portanto, da oralidade e da memória coletiva, sustentadas por figuras como os patriarcas e matriarcas das comunidades.

Somente a partir da segunda metade do século XX começaram a surgir registros escritos mais sistematizados sobre o Candomblé. Inicialmente, foram estrangeiros como Pierre Verger e Giselle Cossard-Binon — esta última francesa, posteriormente iniciada — que se dedicaram à documentação acadêmica da religião. Depois os próprios adeptos passaram a escrever sobre suas práticas, reivindicando a autoridade de narrar sua própria história.

Esse processo marca a transição de um conhecimento transmitido exclusivamente pela oralidade para uma forma de codificação que combina a tradição oral com registros escritos, sem perder de vista que a memória e a palavra falada

permanecem como eixos centrais de preservação da cultura afro-brasileira.

A questão da escrita dos nomes dos orixás ilustra a complexidade da codificação linguística no Candomblé contemporâneo. Nomes como Oxum, frequentemente grafados com “X” na tradição mais antiga, passaram a ser escritos de formas variadas, incluindo adaptações como “Axé”. Essa diversidade não é considerada incorreta, pois reflete a história da diáspora africana, anterior à codificação formal do iorubá.

Os antepassados que deram origem às comunidades afro-brasileiras não tiveram acesso à escrita padronizada da língua iorubá; a transmissão do conhecimento era predominantemente oral. A adoção de diferentes grafias nos dias atuais combina respeito à tradição, adequação cultural e aproximação com o português, fenômeno descrito como “abrasileiramento” do iorubá. Tal processo evidencia tanto a continuidade histórica da tradição quanto a capacidade de adaptação da comunidade, permitindo que os praticantes preservem a essência ritual e simbólica, mesmo diante da transformação linguística e cultural.

O terreiro representa uma herança ancestral africana, transmitida pelos antepassados como um espaço de salvaguarda não apenas da religiosidade, mas também das artes, dos costumes e da filosofia de vida. A preservação dessa riqueza cultural dependeu historicamente da manutenção do terreiro como núcleo de transmissão e prática comunitária. A partir desses espaços surgiram manifestações culturais como a capoeira e o samba, evidenciando o papel central do terreiro na preservação e na difusão de expressões culturais afro-brasileiras.

A oralidade e a memória desempenharam papel fundamental na manutenção desse espaço, funcionando como mecanismos exclusivos de transmissão de conhecimento, dado o contexto histórico de exclusão do negro do acesso à escrita e à leitura. Essa prática garantiu a continuidade dos saberes de geração em geração, permitindo que as tradições fossem preservadas mesmo diante das pressões coloniais e da diáspora. Em contraste, observa-se que outras culturas afro-diaspóricas não conseguiram preservar plenamente suas tradições, resultando em perdas significativas de conhecimento e práticas culturais. Nesse sentido, a oralidade constitui um elemento central para a sobrevivência e a identidade cultural das comunidades afro-brasileiras contemporâneas.

No Candomblé, o terreiro constitui um espaço de vivência contínua, em que a formação religiosa não se dá apenas por meio de literatura ou materiais audiovisuais, mas sobretudo pela experiência direta. O aprendizado envolve relações com o próprio

orixá, com o Babalorixá ou Iyalorixá e com outros membros da comunidade, construindo uma percepção de pertencimento e de mundo.

A preservação do conhecimento e da tradição ocorre através da convivência, do diálogo e da transmissão do sentido das práticas. Os iniciados não apenas aprendem os rituais, mas compreendem o significado de cada elemento, conforme a visão e o axé específico de seu Ilê. Esse processo evita que o aprendiz se limite a informações genéricas, proporcionando-lhe compreensão profunda sobre a prática local e suas razões históricas e culturais.

A continuidade da tradição está diretamente ligada à memória de gerações anteriores. No Ilê Xadolunjá, por exemplo, a história e os ensinamentos de líderes anteriores — desde a princesa Adebalu até chegar a Mãe Juçara e ao avô Ícaro — são transmitidos oralmente. Não há uma literatura formal ou biografias que documentem essas trajetórias; a preservação depende da oralidade daqueles que conviveram com essas figuras, garantindo que a tradição permaneça viva e contínua.

No Candomblé, a preservação da hierarquia e dos valores transmitidos pelo terreiro é considerada fundamental. A iniciação proporciona uma visão de mundo afrocentrada, que deve ser mantida mesmo diante da influência de elementos externos, ocidentais ou europeus. A tradição, transmitida pela oralidade, assegura a continuidade de princípios como respeito aos mais velhos, ao próximo e à comunidade, bem como a compreensão de que cada indivíduo possui qualidades e defeitos, exigindo convivência harmoniosa e tolerância, sobre isso, Luís é enfático:

O que é fundamental preservar? É a hierarquia, é o que o terreiro traz de valor e de aprendizado? Quando a gente inicia no culto, a gente passa a ter uma visão de mundo afrocentrada. E é isso que tem que ser preservado. Mesmo a gente estando no mundo, o não permitir se recolonizar, em termos do pensamento, por mais que estejamos sobre esse guarda-chuva, em que a gente veja muitos elementos dentro do próprio terreiro, que são ocidentais, que são europeus, enfim, mas o pensamento, a estrutura do pensamento é o que a oralidade, ela manteve de respeito, respeito aos mais velhos, de respeito ao outro, o senso de comunidade

O aprendizado no terreiro não se limita às práticas rituais; envolve também a formação ética e social, ensinando a humildade, o autocuidado, a assertividade e a consciência do próprio valor. Os iniciados aprendem a se posicionar quando necessário, a não se subjugar e a reconhecer sua importância no contexto comunitário e no mundo mais amplo. Dessa forma, o Candomblé atua como um espaço de preservação não apenas da religiosidade, mas de princípios de convivência,

identidade cultural e autonomia pessoal, transmitidos de geração em geração através da oralidade.

Para Luís, como Babalorixá, a preservação do conhecimento ancestral é fundamental à própria continuidade do culto. O Candomblé é reconhecido como uma tradição milenar e, por isso, primitiva em sua essência, cujo funcionamento depende diretamente da transmissão de saberes entre gerações. Cada iniciado representa a perpetuação dessa tradição; a manutenção da capacidade de iniciar novos membros assegura a sobrevivência da comunidade e a continuidade do culto. Por outro lado, a perda do conhecimento ancestral comprometeria não apenas a prática ritual, mas também a identidade e a própria existência da comunidade religiosa, uma vez que a iniciação é central para a reprodução de sua memória, valores e práticas culturais.

Erika, a ladagã da casa, afirma que a palavra é sim um documento porque é dotada de poder, capaz de influenciar acontecimentos de forma positiva ou negativa. Nesse entendimento, ao enunciar algo benéfico, acredita-se que atrai resultados favoráveis, enquanto a emissão de palavras negativas tende a gerar efeitos prejudiciais. Assim, o discurso é reconhecido como possuidor de um poder imensurável, sendo este recurso utilizado como instrumento de influência e mediação nas relações sociais e espirituais.

A certeza presente na expressão dela está vinculada à experiência ou à expectativa de acontecimentos concretos. A fala, nesse sentido, não é apenas um ato comunicativo, mas uma manifestação de confiança em eventos que já ocorreram ou que se acredita estarem prestes a ocorrer, conferindo à enunciação um caráter de validação e confirmação da realidade percebida.

A filha de Juçara afirma que seriedade e o respeito são inerentes às práticas e ensinamentos do Candomblé, ressaltando a necessidade de responsabilidade e, ao menos, um temor diante das ações e palavras proferidas. A memória desempenha papel central nesse processo, funcionando como um instrumento de preservação e transmissão do conhecimento ancestral. Para ensinar, é necessário recorrer às próprias experiências e aprendizados, resgatando eventos passados e ensinamentos recebidos, de modo a adaptá-los ao contexto contemporâneo.

Nesse sentido, os rituais e saberes são moldados para serem repassados de forma mais acessível e compreensível, uma vez que os métodos originais, embora profundos, eram considerados pesados ou rígidos. As transformações sociais e as demandas do cotidiano influenciam o modo como os ensinamentos são atualmente

aplicados, refletindo que as práticas e comportamentos do passado diferem das exigências e interpretações atuais do Candomblé.

Ela relata também que a transmissão de conhecimento na religião envolve um processo cuidadoso de filtragem e contextualização das instruções. As orientações são repassadas com atenção à forma e ao conteúdo, de modo que o aprendiz não se limite à execução mecânica, mas seja compreendido dentro de fundamentos específicos. As práticas ritualísticas, como a preparação de ebós, são acompanhadas de explicações sobre seus significados e finalidades, reforçando que cada ação possui uma justificativa espiritual e pedagógica. Esse método evidencia uma dimensão educativa intrínseca à tradição, em que o ensino se dá por fundamentos e não apenas por repetição, garantindo a compreensão e a continuidade dos saberes ancestrais.

O conhecimento não é repassado exatamente como foi aprendido, mas reinterpretado considerando o contexto contemporâneo, garantindo a relevância e a continuidade das práticas religiosas. Além disso, ressalta a importância da preservação das tradições transmitidas de pessoa para pessoa, apontando para o paralelo entre memória oral e registro documental, em que arquivos e registros escritos funcionam como complementos para manter vivas as práticas e os saberes ao longo do tempo.

Sobre a preservação do orixá, Erika afirma ser fundamental conservar os ensinamentos relacionados à educação de axé, considerada primordial dentro do Candomblé. Essa educação envolve a disponibilidade e o comprometimento do praticante para com o orixá, exigindo atenção, presença e disciplina contínuas. Os rituais e práticas religiosas demandam que o indivíduo adote uma postura específica dentro do terreiro, distinta de seu comportamento fora dele, demonstrando rigor, autocontrole e respeito à hierarquia interna.

A necessidade de filtrar e graduar os ensinamentos reflete a preocupação em manter os iniciados motivados e engajados, evitando que a intensidade e a complexidade das práticas desestimulem a participação e o interesse pela religião. “Que se percam outras coisas, mas a hierarquia a gente não pode perder.”, afirma a ladagã, que também desabafa:

O Luiz sofreu muito na minha mão, tá? E eu tenho consciência. [...] eu queria que ele fosse perfeito. Ele é o herdeiro da casa. No nosso momento, quando a gente tinha nosso momento de descontração, ele... “Mãe, não é assim hoje, não é assim”. Vieram coisas novas, são coisas mais esclarecidas. Não é assim que a gente consegue passar as coisas pras pessoas. Então, ele me

deu essa consciência. Porque se não fosse ele, eu estaria no passado até hoje.

Nesse momento, Erika traz à tona muita vivência de sua feitura no Candomblé ainda criança e de como as tradições foram passadas e ela, por sua vez, procurava repassar. A convivência com Luís a fez enxergar que as mesmas tradições de axé poderiam ser transformadas sem que seu caráter pedagógico fosse afetado. O Ilê de Ogun Já é repleto de crianças e adolescentes que acompanham seus pais ou que já são iniciadas, isso garante a continuidade da memória do terreiro de Juçara e a garantia de que os aprendizados possam ser mais flexíveis através da figura da própria Erika que ao longo de muita conversa informal com a pesquisadora lembra com melancolia de determinados aspectos de sua vida como iniciada.

O Ilê permanece em constante atividade, tanto no caráter religioso, mas também em suas tarefas sociais e políticas, é importante citar a casa como um grande terreiro digno da representatividade que exerce no Rio de Janeiro, como a celebração dos 58 anos de iniciação de Pai Kayambe provando sua força tradicional como casa de orixá (Asé d'Ogun Já - Com reverência o Ilê Asé Ogum Já honra hoje os 58...), o evento na Universidade Estadual do Rio de Janeiro – Uerj do plantio do Baobá, reafirmando a luta antirracista (11) Asé d'Ogun Já - AXÉ PARA O BAOBÁ DA ANCESTRALIDADE NA FFP/UERJ!... | Facebook), a defesa da deputada estadual Erika Takimoto do PT-RJ para aprovação da PL 795/23 que reconhece a Tradicional Feijoada de Ogun oferecida há 55 anos pelo Ilê como Patrimônio Cultural e Imaterial do Rio de Janeiro (11) Vídeo | Facebook), a posse de Mãe Juçara no Comitê Consultivo de Pontos de Memória do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, incluindo o Memorial Pai Kayambe do Ogun no circuito de Museus ((11) Asé d'Ogun Já - Na última segunda-feira, 16 de Junho, em Brasília,... | Facebook) e o marcante dia 26 de outubro de 2024, data em que a lalorixá Juçara de Iemanjá torna público o seu desejo de fazer o Babalorixá Luis do Ogun o herdeiro de seu Ilê ((11) Vídeo | Facebook). Diante de tudo que foi dito, escutado registrado, podemos apresentar nossa conclusão a seguir.

4 “NÃO COMEÇA, NÃO TERMINA, É NUNCA, É SEMPRE”²: CONSIDERAÇÕES

O presente estudo evidenciou a memória oral no processo de transmissão e ressignificação das tradições do Candomblé e sua preservação através do tempo a partir da experiência do Ilê Asè de Ogun Já. A pesquisa deixou explícita a logística do terreiro como um espaço dinâmico de resistência política, força identitária e desenvolvimento comunitário; provando a relevância das comunidades de terreiro para além da esfera estritamente religiosa.

A trajetória de Mãe Juçara e de suas filhas e seus filhos de axé revelou que a oralidade não é apenas um mecanismo de repetição, constitui também um arquivo vivo, dotado de poder pedagógico, espiritual e social. A cada relato, rito e ensinamento transmitido é possível perceber a continuidade de uma herança ancestral que se renova a cada geração, ao mesmo tempo em que se adapta ao contexto contemporâneo e suas demandas, sem jamais abrir mão de seus fundamentos. As entrevistas produzidas deixam evidentes que a palavra, dentro do Candomblé, é um documento imaterial, porém capaz de produzir efeitos que se concretizam na vida individual e coletiva dos envolvidos. Essa ideia amplia o conceito tradicional de arquivo e desafia a visão restrita que desconsidera as práticas orais como registro legítimo de memória. Dessa forma, a pesquisa reforça a necessidade de observação mais lúcida a visão da Arquivologia para acervos intangíveis e para as narrativas produzidas pelas comunidades afro-religiosas.

Outro viés importante a ser destacado é a ideia de terreiro como agente do terceiro setor, aquele que atua em frentes sociais, culturais e educativas. Essa visão confirma os espaços de axé para além de guardiões da espiritualidade, mas também como atores na promoção da cidadania e na valorização da diversidade cultural.

Revisitar e registrar as experiências de Mãe Juçara e de sua comunidade é reafirmar que a memória oral também é uma forma de combate ao esquecimento histórico, ao apagamento e à intolerância religiosa. Reconhecer a ancestralidade como fonte de saber e resistência não apenas valoriza a tradição do povo de terreiro, mas a pluralidade da sociedade brasileira como um todo.

Concluimos na grata constatação de que o campo da Arquivologia é muito rico e com diversas possibilidades de expansão tanto nas pesquisas, quanto nos nichos profissionais.

² Música de composição de Paulo César Pinheiro.

Que o conceito de documento pode se ampliar, gerar novos conhecimentos, revelar possibilidades. Assim como são os documentos, são os arquivos. Um conjunto de documentos orais, pode gerar a criação de arquivos orais, contribuir com os avanços na área da arquivística, a exemplo dos arquivos do terceiro setor, bem como contribuir para a preservação de culturas seculares, milenares e infelizmente, marginalizadas pelo racismo religioso, como é o caso do Candomblé.

Esperamos que a nossa pesquisa possa buscar ampliar horizontes que não se limitem aos espaços acadêmicos, mas que pulem os muros da academia, chegue as comunidades pesquisadas, aproximem os continentes africano e americano (do Sul), onde as pessoas que de África vieram, vítimas da diáspora negra africana e que aqui se organizaram em sociedades religiosas, não deixaram a sua cultura morrer graças ao que chamamos de documento oral ou oralidade, objeto deste estudo.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- BASTIDE, Roger. **As religiões africanas no Brasil**. São Paulo, Pioneira. 1971.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- BENTO, Greici Daiana. **Contabilidade e gestão no terceiro setor: um estudo Bibliométrico em periódicos nacionais**. 2010. 76 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) - Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/120809> . Acesso em: 10 set. 2025.
- BUCKLAND, Michael. *Information and information systems*. New York: Praeger, 1991.
- CANDAU, Joel. **Memória e Identidade**. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 219.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Resolução nº 43, de 4 de setembro de 2014**. Dispõe sobre a inserção dos documentos audiovisuais, iconográficos, sonoros e musicais em programas de gestão de documentos arquivísticos dos entes integrantes do Sistema Nacional de Arquivos. Brasília: CONARQ, 2014.
- CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **Glossário da Câmara Técnica de Documentos Audiovisuais, Iconográficos e Sonoros**. Brasília: CONARQ, 2014.
- CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA – CNA, 7., 2016, Fortaleza. **Anais eletrônicos...** João Pessoa: *Revista Analisando em Ciência da Informação – RACIn*, v. 4, n. especial, p. 582-602, out. 2016. Disponível em: http://racin.arquivologiauepb.com.br/edicoes/v4_nesp. Acesso em: 10 set. 2025.
- FROCHTENGARTEN, Fernando. **A memória oral no mundo contemporâneo**. Estudos Avançados, São Paulo, Brasil, v. 19, n. 55, p. 367–376, 2005. Disponível em: <https://revistas.usp.br/eav/article/view/10116>_ Acesso em: 15 jul. 2025.
- GONSALVES, Magda Becker Soares. **Metodologia da pesquisa científica**. São Paulo: Atlas, 2001.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- KOINONIA PRESENÇA ECUMÊNICA E SERVIÇO. **Raízes do Ilê Asè d'Ogun Já**. São Gonçalo,RJ: Koinonia, 2022. Disponível em: <https://kn.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Raizes-do-Ile-Ase-dOgun-Ja.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2025.

LANDES, Ruth. **The city of women**. Nova York, Macmillan. Edição brasileira: A cidade das mulheres. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Unicamp, 2003.

LIMA, Alexandre Mantovani de. **Memórias e identidades de um terreiro de Candomblé: Ilé Ògún Anaeji Ìgbele Ni Oman-Àse Pantanal: a Nação Efon em Duque de Caxias, RJ**. 2015. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MACHADO, Erika. **Entrevista concedida à autora**. São Gonçalo, 16 de mai de 2025.

MATTOS, Luís. **Entrevista concedida à autora**. São Gonçalo, 16 de mai de 2025.

MÕES, Juçara. **Entrevista concedida à autora**. São Gonçalo, 16 de mai de 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; ALONSO, Leandro Seawright. **Memórias e narrativas**: história oral aplicada. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

NASCIMENTO, Milton. A terceira margem do rio. Compositores: Caetano Veloso; Milton Nascimento. In: NASCIMENTO, Milton. Txai. Rio de Janeiro: CBS, 1990. 1 disco sonoro, faixa 2.

NOSELLA, Paolo. **Ética e pesquisa**. Campinas: Educação & Sociedade, v. 29, p. 255-273, 2008.

PESSOA DE CASTRO, Yeda. **A língua iorubá: história, falares e variações**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

PINHEIRO, Paulo César. Carta de amor. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Composição musical.

PIZZANI, L. et al. **Metodologia da pesquisa**: fundamentos e técnicas. Vitória: Faculdade Estácio de Sá, 2012.

PRANDI, Reginaldo. **Herdeiras do axé**: sociologia das religiões afro-brasileiras. São Paulo, Hucitec, 1996.

PRANDI, Reginaldo. **O Candomblé e o tempo**: Concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. [Texto publicado no número 47 (outubro de 2001) da Revista Brasileira de Ciências Sociais — RBCS. Versão modificada constitui o Capítulo 1 — Tempo, origem e autoridade — do livro Segredos guardados de Reginaldo Prandi, São Paulo, Companhia das Letras 2005]. Disponível em:
https://reginaldoprandi.fflch.usp.br/sites/reginaldoprandi.fflch.usp.br/files/inline-files/O_candomble_e_o_tempo.pdf. Acesso em 10 setembro de 2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 5.506, de 15 de julho de 2009. **Declara como patrimônio imaterial do Estado do Rio de Janeiro o Candomblé**. Diário Oficial do

Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 16 jul. 2009.

RODRIGUES, Pablo Fernando Jerônimo de Souza. **História oral como técnica para o arquivista na construção do arranjo documental**. 2016. Trabalhos de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SANTA ANNA, Jorge; CAMPOS, Suelen de Oliveira; MESQUITA, Maria Aparecida Calmon de. **Ampliando os horizontes da Arquivística: a inserção dos arquivos em empresas do Terceiro Setor**. Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia, v. 12, n. 1, 2017.

SANTOS, MacDowell. **Memória e história oral**. São Paulo: Contexto, 2001.

SHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Valdir de Lima; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **Biblionline, O arquivo Privado no Terceiro Setor: ONG Engenho Cumbe, um espaço de memória (2003-2013)** João Pessoa, v. 12, n. 3, p. 137-152, jul./set., 2016. Disponível em: <http://arquivistica.fci.unb.br/wp-content/uploads/taianacan-items/476350/838468/28898-Texto-do-artigo-71966-1-10-20161215-1.pdf>. Acesso em 10 setembro de 2025.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CORDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica. Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 33-44, 2009.

SOARES, Magda Lucia Almada Pontes, Eliane Batista. **"Acervos arquivísticos audiovisual e sonoro da Fiocruz: uma reflexão acerca de sua preservação digital."** Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (ICT), 2022.

TAVARES, Alessandra. **O Morro da Serrinha e o GRES Império Serrano: as escolas de samba como lugares de memórias ancestrais negras no Rio de Janeiro**. In: RIBEIRO, Mario; COSTA, Valéria (Org.). **Festa de pretos**. Recife: Editora UFPE, 2024.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VERGER, Pierre. **Notas sobre o culto aos orixás e voduns**. 5. ed. São Paulo: Corrupio, 2012.

VOLDMAN, Sylvie. **A guerra no século XX**. São Paulo: Ática, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Babalorixá Luis do Ogun e Yalorixá Juçara de Yemonjá



Fotógrafa: Laísa Cardoso Silva, 2025.

APÊNDICE B – Festividade de Pretos Velhos



Fotógrafa: Laísa Cardoso Silva, 2025.

APÊNDICE C - Iadagã Erika com Luís de Ogun e as Ekedis Camila e Rita



Fotógrafa: Laísa Cardoso Silva, 2025.

APÊNDICE D - Ilê Asè Do Ogun Já – entrada principal



Fotógrafa: Laísa Cardoso Silva, 2025.

APÊNDICE E - Ilê Asè Do Ogun Já - Centro de Memória Kayambe do Ogun



Fotógrafa: Laísa Cardoso Silva, 2025.

**APÊNDICE F - CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA DA SAÚDE,
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**



Fotógrafa: Rosiane Cardoso, 2025.

**APÊNDICE G - ACERVO DOS ARQUIVOS SONOROS DO CENTRO DE
DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRIA DA SAÚDE, FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ**



Fotógrafa: Laísa Cardoso Silva, 2025.

APÊNDICES H - ROTEIRO DA ENTREVISTA

- 1- Você considera a fala um documento? Por que?
- 2- Como vocês preservam a oralidade?
- 3- O que é importante preservar?
- 4- O que acontece quando o conhecimento ancestral se perde?
- 5- O que deve ser descartado enquanto palavra?

ANEXOS

ANEXO A - Festividade a Oxóssi, Oxum e Logun Edé



Fonte: acervo Ilê Asê Do Ogun Já, 2025

ANEXO B - 58 ANOS DE INICIAÇÃO DE PAI KAYAMBE DO OGUN



Asé d'Ogun Já
17 de setembro às 15:00 · 🌐

Com reverência o Ilê Asé Ogum Já honra hoje os 58 anos de iniciação do seu fundador, o eterno Babalorisá Kayambe do Ogum.

Nesta data solene, expressamos nosso profundo respeito e gratidão à memória daquele que não apenas fundou esta Casa, mas tornou-se Ancestral guia e símbolo permanente de sabedoria, força e dedicação à tradição.

Seu legado permanece vivo não apenas em nossas memórias, mas no chão Sagrado de Tribobó, onde Ogum Já continua a ecoar suas bênçãos e sua presença guerreira. Através de seus ensinamentos, Pai Kayambe nos mostrou a importância da fé inquebrantável, do equilíbrio comunitário e da manutenção harmoniosa dos laços que unem o humano ao Divino.

Sob a liderança de sua herdeira, Iyalorisá Juçara de Yemoja, seu Asé continua a fluir e a guiar esta Casa com amor e seriedade, promovendo a união, fortalecendo nossa comunidade e honrando a espiritualidade como caminho de transformação e prosperidade coletiva.

Que Ogum Já continue a abençoar e abrir os caminhos de todos os filhos, netos e amigos deste Ilê.

Viva o Babalorisá Kayambe do Ogum!
Viva Ogum Já, o Senhor de Tribobó!

Ogunhê!

[#KayambeDoOgum](#) [#OgumJá](#) [#58AnosDeAxé](#) [#IlêAséOgumJá](#)
[#CulturaAfroReligiosa](#) [#MemóriaAncestral](#) [#Tribobó](#)





Luis Backer e outras 15 pessoas

4 comentários · 3 compartilhamentos

 Curtir

 Comentar

 Compartilhar

ANEXO C - PLANTIO DO BAOBÁ NA UERJ


Asé d'Ogun Já
 18 de junho · 🌐

🌿 AXÉ PARA O BAOBÁ DA ANCESTRALIDADE NA FFP/UERJ! 🌿

No dia 17 de junho, celebramos um marco histórico no Campus da Faculdade de Formação de Professores (FFP/UERJ), em São Gonçalo: o plantio de um Baobá, árvore sagrada que representa a força, a resistência e a ancestralidade africana.

Essa poderosa ação, idealizada pela Professora Adriana Rosa, foi um ato de reconexão com nossas raízes e de afirmação da luta antirracista em um espaço que já fez história como pioneiro no Sistema de Cotas Raciais no Brasil.

A muda de Baobá, trazida pelo querido Adilson Almeida, liderança do Quilombo do Camorim, foi plantada com reverência e celebração, contando com a presença de:

- 👤 Pastor Júlio Oliveira (Comunidade Batista de São Gonçalo)
- 👤 Alex Serpa (representando o mandato do Deputado Estadual Professor Josemar)
- 👤 Babá Luis do Ogun, nosso Babalásé do Ilé Asé do Ogun Já, que conduziu o Sagrado Jogo de Obi, pedindo licença aos Ancestrais para esse momento tão especial.

O Baobá, conhecido como a "Árvore da Vida", agora finca suas raízes na UERJ como um símbolo de resistência, memória e futuro. Que ele cresça forte, frondoso e abençoado, lembrando a todos que passarem por ali que a força do nosso povo vem da ancestralidade, da educação e da luta coletiva.

Àsê! Que o Baobá floresça e que seu significado ecoe por gerações!

#BaobáNaUERJ #AncestralidadeResiste #AséDoOgunJá #CotasRaciais #FFPUERJ #SãoGonçalo #Axé









 Vanessa Durão e outras 16 pessoas


 2 comentários


 2 compartilhamentos


 Curtir


 Comentar


 Compartilhar

ANEXO D - DEFESA DA PL 795/23 FEIJOADA DE OGUM JÁ COMO PATRIMÔNIO DO RIO DE JANEIRO

 **Asê d'Ogum Já está em Alerj - Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.** ...

27 de junho · 🌐

🌟 HISTÓRICO! Deputada Erika Takimoto defende na ALERJ o reconhecimento da FEIJOADA DE OGUM JÁ COMO PATRIMÔNIO DO RIO!

Em discurso emocionante na tribuna da ALERJ, a Deputada Estadual Erika Takimoto defendeu a aprovação do PL 795/23, que reconhece a *Tradicional Feijoada de Ogum Já – realizada há 55 anos ininterruptos no Ilé Asê Ogum Já – como Patrimônio Cultural e Imaterial do Estado do Rio de Janeiro!

A Feijoada Sagrada servida todo 13 de junho às 13h, é fruto da promessa do Babalorixá Kayambe do Ogum, fundador do Asê do Ogum Já, que transformou fé em resistência. Hoje, mantida pela coragem da Mãe Juçara de Yemoja, Iyalorisà do Asê Ogum Já. A celebração é um marco da cultura afro-brasileira, onde Memória, Ancestralidade e Comunidade se unem à mesa!

🌟 POR QUE ESSE RECONHECIMENTO É UMA VITÓRIA DE TODOS?

Honra o legado de Pai Kayambe, valoriza a liderança de Mãe Juçara, que transformou a promessa em tradição viva e fortalece espaços de Matriz Africana, fortalecendo o combate ao apagamento histórico

A Feijoada de Ogum não é só um prato: é culto, é resistência, é patrimônio do povo preto.

COMPARTILHE esta luta!

🗨️ Vamos pressionar pela APROVAÇÃO IMEDIATA do PL 795/23!

Asê a todos que carregam esta história!

Ogum Yê! 🌿✂️

Quando a Tradição vira Lei, o Asê vira semente! 🌱

[#FeijoadaDeOgum](#) [#PatrimônioCulturalRJ](#) [#CulturaAfroBrasileira](#)
[#ErikaTakimoto](#) [#MãeJuçara](#) [#KayambeDoOgum](#) [#OgumJá](#) [#ResistênciaNegra](#)



ANEXO E - POSSE DE MÃE JUÇARA NO COMITÊ CONSULTIVO DE PONTOS DE MEMÓRIA DO IBRAM


Asé d'Ogun Já está em Brasília DF.
 17 de junho · 🌐

Na última segunda-feira, 16 de Junho, em Brasília, a Iyalorisá Juçara de Yemoja, líder espiritual do Asé Ogun Já, tomou posse no Comitê Consultivo de Pontos de Memória do IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus), representando a força e a resistência da cultura afro-brasileira em espaços de decisão nacional.

Este momento histórico reforça a luta pela preservação da memória ancestral, essencial para a identidade do povo de terreiro. Mãe Juçara, à frente do Memorial Pai Kayambe do Ogun – que integra o Circuito Brasileiro de Museus –, carrega o legado do saudoso Babalorisá Kayambe do Ogun, guardião de um acervo Sagrado que narra nossa História, fé e resistência.

"Preservar a memória é garantir que as futuras gerações conheçam suas raízes e honrem os caminhos abertos pelos nossos Ancestrais."

A ocupação de espaços como o IBRAM é um avanço na formulação de políticas públicas que valorizem a cultura de Matriz Africana, combatendo o apagamento histórico e fortalecendo nossa voz.

O Memorial Pai Kayambe do Ogun, vinculado ao Ilé Asé Ogun Já, é um farol de preservação da história negra e religiosa do Rio de Janeiro. Sua inclusão no circuito de museus é um reconhecimento à luta de Pai Kayambe e à vitalidade dos Terreiros como espaços vivos de cultura!

[#MemóriaAncestral](#) [#CulturaAfroBrasileira](#) [#MãeJuçaraDeYemoja](#) [#IBRAM](#)
[#PatrimônioCultural](#) [#OgunJá](#)






 Vanessa Durão e outras 9 pessoas

1 comentário

5 compartilhamentos

 Curtir

 Comentar

 Compartilhar

ANEXO F - MÃE JUÇARA ANUNCIA BABALAXÉ LUIS DO OGUN COMO HERDEIRO DO ILÊ

**Asé d'Ogun Já** está em Ilê Asé Ogun Já.
30 de janeiro · 🌐

#tbt Do dia 26 de Outubro de 2024, onde o Babalaxé Luis d'Ogun Já @babaluisdogun foi anunciado por nossa Iyalorisá, Mãe Juçara de Yemojá @yalorisa.jucara, como o Herdeiro Escolhido para perpetuar o Asé do Ogun Já e ser o Guardião do legado de nosso saudoso Pai, Babalorisá Kayambe do Ogun.

Ogunhê!

📷 @romulocorleonefotografia



0:35 / 1:30

Luis Backer e outras 21 pessoas · 3 comentários · 1 compartilhamento

 Curtir

 Comentar

 Compartilhar